



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 17**

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL:  
*Business Administration* de Estado?**

**SAMUEL COSTA FILHO**  
NOVEMBRO/2008

**Texto de Discussão**

Ano 7 - nº 17 - novembro/2008

**Reitor da Universidade Federal do Piauí**

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

**Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras**

Prof. Ms. Antonio Fonseca dos Santos Neto

**Chefe do Departamento de Ciências Econômicas**

Prof. Ms. Samuel Costa Filho

**Coordenador do Curso de Ciências Econômicas**

Profª. Ms. Fernanda Rocha Veras Araújo

**Editado pelo DECON**

**Responsável**

Prof./DECON Ms. Samuel Costa Filho

**Conselho Editorial**

Prof./DECON Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Profª./DECON Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro

Prof./DECON Dr. Solimar Oliveira Lima

Profª./DECON Ms. Fernanda Rocha Veras Araújo

Prof./DECON Ms. José Lourenço Candido

FICHA CATALOGRÁFICA

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v.1, n.17, a.7 (novembro 2008) - Teresina: UFPI, 2008 - ISSN 1678-1988

1.Economia - Periódicos

CDD 330.05

# **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: *Business Administration* de Estado?**

**Samuel Costa Filho<sup>1</sup>**

**Resumo:** Esse artigo trata a respeito do significado da Lei de Responsabilidade Fiscal e da suposta defesa do Orçamento Equilibrado com a política do “Business administration”. O gasto público de custeio, que inclui gasto da Previdência Social, programas de transferência de renda, folha do funcionalismo, manutenção de hospitais, segurança pública, merenda escolar são gastos sob constante ataque. Essa ação mostra o cinismo e a hipocrisia dos argumentos liberais que encobrem a luta privada do capital pela apropriação dos recursos públicos. Na sociedade brasileira, essa, crítica a respeito dos gastos sociais do governo encobre a hegemonia dos gastos ligados a vertente financeira. Diante da crise do capitalismo neoliberal, a subordinação do setor público ao capital e as finanças globalizadas mostram a sua verdadeira face, a defesa do capital e da acumulação.

**Palavras-Chaves:** Lei de Responsabilidade Fiscal; Gasto Público; Orçamento Equilibrado.

## **O DISCURSO DO ORÇAMENTO EQUILIBRADO**

É histórica luta dos conservadores e dos liberais brasileiros contra os gastos públicos. Nessa linha, aparentemente colocam uma grande ênfase no combate contra a corrupção e a roubalheira no Estado. Mesmo sempre atuando no comando das decisões de política econômica no governo brasileiro, estes conservadores demonstram uma posição de quem nunca participou do gerenciamento e administração da coisa pública, estando apenas lutando com zelo pela austeridade e eficiência no setor público.

Dois exemplos, na história recente revelam bem essa posição dos conservadores brasileiros de pretensa moralização e austeridade para com os gastos do Estado: na década

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da UFPI, Chefe do Departamento de Ciências Econômicas, Mestre em Economia pelo CAEN e Doutorando IE/UNICAMP.

de 60 com o título de “Homem da Vassoura” e nos anos 90 com o famoso discurso do “Caçador de Marajás”. Nos anos 60, a pregação a respeito da moralidade e austeridade na administração pública se destacou na campanha de Jânio Quadros a presidência da república, através do símbolo do “Homem da Vassoura”, que pretendia varrer e acabar com a roubalheira e a corrupção no Brasil.

No início dos anos 90, o então candidato Fernando Collor de Mello, retoma o mote como o discurso de “Caçador de Marajás”. Em meio a um quadro de crise que apresentava elevados índices inflacionários e com a classe trabalhadora, principalmente do setor privada, recebendo salários miseráveis, Collor de Mello, prega não somente o combate ao desperdício e descalabro do gasto e na administração pública, mas atacar acima de tudo, os funcionários públicos. Segundo Collor, essa classe média que trabalha para o Estado receber salários “elevadíssimos”. Tendo em vista que existiam alguns servidores públicos que possuíam privilégios acumulados ao longo do período, recebendo realmente salários muito elevados, existiam alguns poucos Marajás apoiando a tese de Collor de Mello.

Acontece que, ao longo dos anos 80, no final do período militar ocorreu um aumento no descontrole das contas públicas em todos os níveis de governo, União, Estados e Municípios, em consequência da política econômica deliberada de absorção pelo Estado brasileiro das perdas da crise da dívida externa, no conhecido processo de que o “ideal do capitalismo é socializar prejuízos” nos momentos de crise na economia. Esse processo foi muito diferente da política dos anos 70, que de maneira propositada havia privatizado os altíssimos ganhos do “milagre econômico”.

Foi em meio a essa crise que os “liberais” brasileiros passaram a vender a idéia de um suposto gigantismo do Estado e de sua excessiva intervenção na economia brasileira. A ineficiência do Estado estava provocando essa crise de hiperinflação indexada em que vivia a economia brasileira. Nesse contexto, segundo a pregação neoliberal, o único remédio capaz de resolver todos os problemas, era liberar o mercado das amarras colocadas pelo Estado, de modo a que nosso país pudesse retomar a rota do desenvolvimento.

No início dos anos 90, os arautos do neoliberalismo através de um discurso apologético advogaram medidas via Consenso de Washington, pregando a entrada do Brasil no processo de Globalização. Para esse grupo de profissionais, abdicar dessa política implicava para a economia brasileira perder o bonde da história. Nessa linha, pregaram a defesa intransigente e incondicional da ideologia neoliberal de eficiência, rigidez e austeridade dos gastos públicos, da redução do papel e da atuação do Estado e a utilização de mediadas de modo a adaptá-lo na linha *Bisniess Administration* de Estado.

O Estado devia ser gerido “como se fosse o Governo fosse uma empresa” ou “como se tudo no Governo devesse ser guiado como se fosse um negócio”, com racionalidade semelhante à aplicada a empresa privada. Propagando possuir a única alternativa econômica tecnicamente correta, passaram a difundir para a sociedade a idéia rasteira e falaciosa de que o “Estado não podia gastar mais do que arrecadava”. Essa idéia de administração das finanças doméstica foi repetida de modo a tornar essa mentira macroeconômica em uma verdade irrefutável (Paulani, 2008).

## **A REALIDADE DA POLÍTICA DE ORÇAMENTO EQUILIBRADO**

Esse discurso ultraliberal, embora iniciado com Collor, somente se firmou no Brasil, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, quando respaldado pela popularidade adquirida após o grande êxito do plano de estabilização econômica do Real, FHC iniciou um projeto para “modernizar” nossas instituições e “abrir” a economia brasileira, inserindo o país definitivamente na globalização.

Nessa linha, foi iniciado um ataque contra a “Constituição Cidadã”. Essa constituição que havia sido aprovada em 1998, delegava ao Estado o papel e o dever de preservar os interesses da sociedade, promovendo políticas de geração de emprego, redistribuindo renda, aplicando políticas de proteção social, promovendo a educação, e demais atividade que protegessem e transformassem o brasileiro em cidadão, iniciando uma tentativa de construção de um Estado do Bem-Estar Social no Brasil.

Todavia, a política econômica implementada com objetivo de inserir o Brasil no chamado processo de Globalização, era incompatível com uma atuação do Estado que reservava prioritariamente seus recursos orçamentários para as áreas sociais. Assim, se fez necessário implodir a “Constituição Cidadã” e viabilizar uma reforma, implementando medidas que possibilitassem o retorno e a entrada na economia brasileira no circuito internacional de valorização do capital, nessa nova época em que o capitalismo apresenta e experimenta uma fase no processo de acumulação de capital com a dominância financeira rentista.

Nesse processo, o Estado brasileiro de construtor do Estado do Bem-Estar Social foi transformado e passou a ser claramente o defensor dos interesses da parcela rentista da população, tanto interna quanto externa, dilapidando os recursos da União e espoliando a sociedade, num processo tão marcante que professor Márcio Pochmann (2005) denominou de recriação da “Escravidão no Brasil”.

Procurando adequar a economia brasileira de modo a torná-la atraente ao capital financeiro internacional, o Governo de Fernando Henrique Cardoso realizou diversas mudanças institucionais necessárias para inserir e colocar a economia brasileira de volta no mercado financeiro internacional. Dentre todas elas, duas merecem destaque, no ataque que se realizou contra o Estado e a “Constituição Cidadã”, por serem elementos que tem efeito direto na avaliação do “grau de investimento” do Brasil. A primeira é a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e, a segunda, a chamada Desvinculação de Receitas da União - DRU.

Baseada em um discurso de moralidade e austeridade, melhor adequação do gasto público, em maio de 2000, foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei foi apresentada como parte de um plano de ajuste fiscal que procurava fixar limites aos gastos públicos e impedir o descontrole desses gastos, na defesa da austeridade fiscal, principalmente os gastos com pessoal, seguridade social, dívidas e operações de crédito, impondo severos limites para o endividamento dos governos.

Embora essa lei possa ter trazido benefícios na administração e utilização dos recursos públicos, principalmente nas esferas subnacionais de governo<sup>2</sup>, na realidade a Lei de Responsabilidade Fiscal colocou acima de quaisquer outros interesses, o interesse da classe rentistas e dos credores do Estado. Essa lei prioriza o interesse do capital em geral contra a sociedade e da classe capitalista rentista contra a nação. A suposta austeridade e responsabilidade fiscal do Estado brasileiro, União, Estados e Municípios, exigiu um elevado aperto fiscal e redução de gastos nas áreas de pessoal, social e até investimento, mas deixaram livres os gastos financeiros.

Não é surpresa que as contas dos Estados revelam que, entre 1995 a 2006, as receitas como proporção do Produto Interno Bruto aumentou e ocorreu uma queda de gastos, concentrada principalmente na rubrica investimentos. As receitas se elevaram de 11,2% em 1995, para aproximadamente 13,0% em 2006. Por outro lado, os gastos com pessoal como proporção do PIB se reduz de 4,4% em 2000 para 4,0% em 2006, e os gastos com investimento caem drasticamente de 2,2% do PIB em 1995 para insignificantes 0,9% em 2006. Já as despesas de custeio crescem assustadoramente, passando de 1,2% em 1995, para 6,1% em 2006.

Por outro lado, propositalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal não colocou qualquer empecilho, nem controla os gastos decorrentes das decisões da política monetária do Banco Central, como a rubrica com o pagamento com juros que tem elevado a dívida pública de maneira exorbitante. Acrescente-se ainda que desde 2000, os sistemáticos superávits primários batem recordes anos após ano, sendo reservado prioritariamente como recursos da sociedade para pagamento ao rentismo, numa clara opção em favor do setor financeiro e especuladores nacionais e internacionais.

No mês de novembro de 2008, o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em comunicado da presidência mostrou que o resultado acumulado das despesas da União

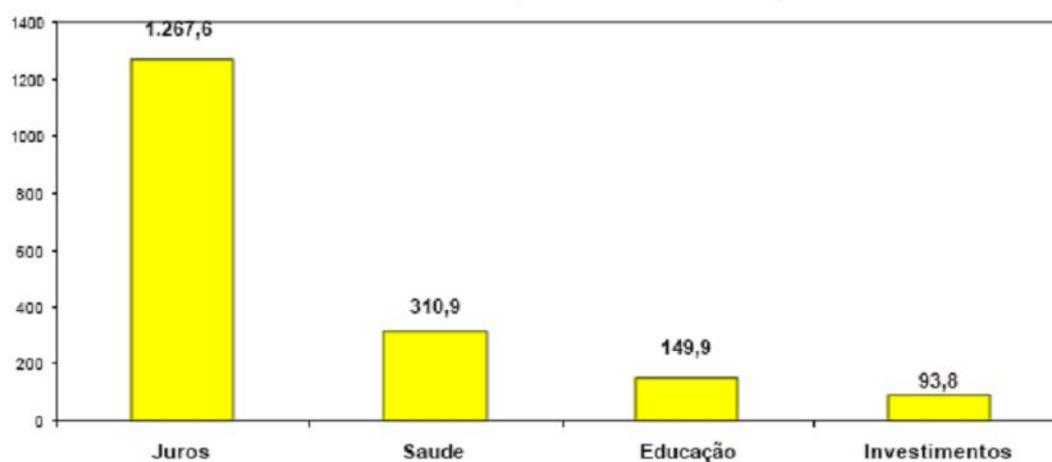
---

<sup>2</sup> É comum apresentar como justificativa na adoção da Lei de Responsabilidade Fiscal não somente os desvios de recursos na administração pública, mas também um controle nos gastos do setor público municipal, estadual. Porém, se os Tribunais de Conta Estaduais e o Tribunal de Contas da União não fossem compostos de cargos políticos e realizasse o seu papel constitucional, somente estes órgãos teriam mecanismos e as leis necessárias para controle e melhora na administração pública no Brasil.

entre 2000, ano em que foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal até o ano de 2007, com a rubrica de juros foi de R\$ 1.267,6 bilhões de reais, enquanto o gasto com saúde foi de somente R\$ 310,9 bilhões, o gasto com educação foi menor ainda e ficou com R\$ 149,9 bilhões e, os gastos com investimento foram insignificantes R\$ 93,8 bilhões. Desse modo, o total das despesas Sociais da União com saúde e educação, mais o gasto com investimento representaram somente 43,8% do total das despesas com juros.

### Gráfico1

**Brasil: gastos acumulados com juros, saúde, educação e investimentos da União entre 2000 e 2007 (em bilhões de reais\*)**



Fonte: SIAF/STN, Bacen e IPEA -Disoc (elaboração própria)

\* deflator implícito do PIB

Entre os anos de 2003 e 2006, o governo Lula gastou em Reais na rubrica assistência social: R\$ 8,4 bilhões em 2003, R\$ 13,9 bilhões em 2004, R\$ 15,8 bilhões em 2005 e 21,5 bilhões em 2006. Esse mesmo governo gastou em saúde, R\$ 27,2 bilhões em 2003, R\$ 32,9 bilhões em 2004, R\$ 36,5 bilhões em 2005 e R\$ 39,7 bilhões em 2006. Diante de uma “forte e significativa” preocupação e de discurso de prioridade na área da Educação, os gastos federais foram de R\$ 14,2 bilhões em 2003, R\$ 14,5 bilhões em 2004, R\$ 16,2 bilhões em 2005 e R\$17,3 bilhões em 2006 .

**Tabela 1 - Evolução dos Gastos do Governo Federal (em bilhões correntes)**

	2003	2004	2005	2006
Assistência social	8,4	13,9	15,8	21,5
Saúde	27,2	32,9	36,5	39,7
Educação	14,2	14,5	16,2	17,3
Segurança Pública	2,4	2,8	3,0	3,4
Organização agrária	1,4	2,6	3,6	4,2
Despesas com pagamento de juros	145,2	128,3	157,2	163,5

Fonte (Sicsú, 15:2007)

Entretanto, as despesas do governo federal com pagamentos de juros foram de apenas R\$ 145,2 bilhões em 2003, R\$ 128,3 bilhões em 2004, R\$ 157,2 bilhões em 2005, R\$ 163,5 bilhões em 2006. Desse modo, fica claro que a política Lei de Responsabilidade Fiscal se trata de uma **Bisniess Administration de Estado em favor do rentismo**. Nessa linha trata-se mais de uma **Lei da Irresponsabilidade Fiscal de Estado**, que atua contra a sociedade e contra o futuro do Brasil (Paulani, 2008).

Nessa direção, temos ainda a Desvinculação de Receitas da União. A DRU, apregoando o engessamento do gasto da União e em nome de uma suposta flexibilidade, possibilita a União retirar recursos das demais rubricas de gasto e aumenta os recursos orçamentários livres em poder da União, que tem prioritariamente facilitado o cumprimento dos objetivos de superávit primário, liberando o governo federal das obrigações criadas pela “Constituição Cidadã” de 1998. nessa linha, a DRU é responsável pela maior fatia dos recursos das receitas desviadas da seguridade social, conforme pode ser visto na quadro1.

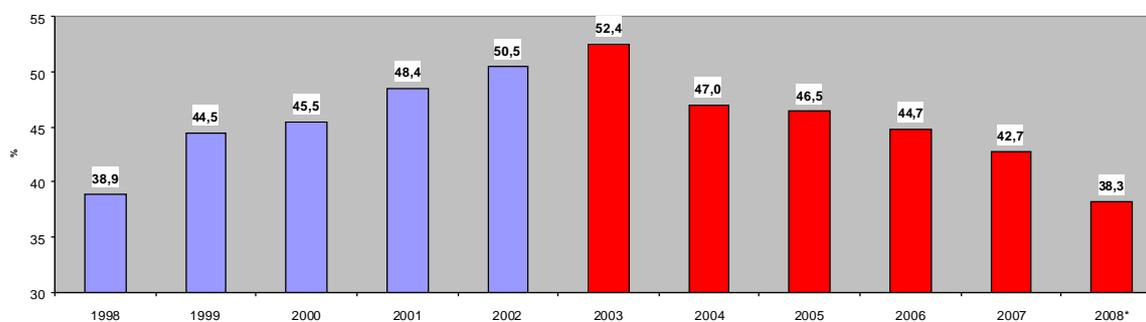
**Quadro 1 – Desvinculação de Receitas da Seguridade Social**

<b>DESVINCULAÇÕES DE RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL</b>			
<b>valores correntes em R\$milhões</b>			
<b>2000 - 2006</b>			
<b>ANO</b>	<b>DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO (20%) (A)</b>	<b>DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS SUPERIOR A 20% (*) (B)</b>	<b>TOTAL (A) + (B)</b>
1995	4.348	0	4.348
1996	5.628	1.068	6.696
1997	7.416	1.199	8.615
1998	3.434	0	3.434
1999	10.451	463	10.914
2000	13.713	13.675	27.388
2001	15.882	12.435	28.317
2002	18.449	16.434	34.883
2003	21.738	14.395	36.133
2004	27.322	20.844	48.166
2005	31.559	26.488	58.047
2006	33.731	38.470	72.201
<b>TOTAL</b>	<b>193.671</b>	<b>145.471</b>	<b>339.142</b>

(\*) Desvinculação superior ao limite de 20% estabelecidos legalmente

Fonte: Gentil (2008)

Mesmo diante destas medidas, a carga tributária brasileira teve ainda que ser elevada, passando de 25% do PIB em 1995, para 36% em 2002. No governo Lula a carga tributária tem se mantido ao redor desse número. Todavia, a relação Dívida Pública/PIB, que em 1998 foi de 38,9%, apresentou comportamento de crescimento até 2003, com 1999 sendo 44,5%, em 2000 passou em 45,5%, atingiu em 2001 os 48,4%, 2002 chegou aos de 50,5% e em 2003 atingiu ao máximo de 52,4%. Foi a partir de 2004 que essa relação dívida/PIB apresentou um início de queda atingindo os 47,0% nesse ano, tendo sido de 46,5% em 2005, em 2006 caiu para 44,7%, em 2007 ficou em 42,7% e deve se reduzir para 38,3% em 2008.

**Gráfico 2 – Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB**

Fonte: Mercadante (2008)

**Tabela 2-Carga Tributária e Gastos com Juros em % do PIB– União, Est, Municípios**

<b>A N O</b>	<b>C A R G A T R I B U T Á R I A</b>	<b>J U R O S</b>
<b>1 9 9 5</b>	<b>2 8</b>	<b>7</b>
<b>1 9 9 6</b>	<b>2 8</b>	<b>6</b>
<b>1 9 9 7</b>	<b>2 9</b>	<b>5</b>
<b>1 9 9 8</b>	<b>3 0</b>	<b>8</b>
<b>1 9 9 9</b>	<b>3 2</b>	<b>1 3</b>
<b>2 0 0 0</b>	<b>3 3</b>	<b>8</b>
<b>2 0 0 1</b>	<b>3 4</b>	<b>9</b>
<b>2 0 0 2</b>	<b>3 6</b>	<b>1 4</b>
<b>V a r i a ç ã o 1 9 9 5 - 2 0 0 2</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

Fonte: Banco Central e Receita Federal

Entre 1995 e 2002, a carga tributária brasileira apresentou uma variação semelhante à variação da taxa de juros praticada pelo Banco central. Assim, a carga tributária, por meio de impostos indiretos que ficaram para uso exclusivo do governo federal, cresceu deliberadamente para viabilizar os recursos necessários para remunerar o capital rentista. Mesmo assim, a dívida líquida do setor público não parou de crescer, desviando cada vez mais recurso das receitas do estado para pagamento do capital rentista.

A dívida líquida do setor público, que em 1994 foi de R\$ 153.162,92 milhões, atingiu os R\$ 881.108,07 milhões quando Fernando Henrique entregou o governo ao presidente Lula. No governo de Luis Inácio Lula da Silva, mesmo após a elevação do percentual de superávits primário da faixa de 3,75% do PIB, para acima dos 4,5% do PIB, não ocorreu uma redução nominal da dívida líquida do setor público brasileiro que atingiu os R\$ 1.150.375,21 milhões em 2007 (Costa Filho, março/2008).

Ocorre que diariamente a grande mídia divulga dados de que o problema do déficit público decorre dos elevados gastos do governo na área social, principalmente com o regime de previdência social. O analista econômico que respalda e defende essa tese responde pelo nome de Fábio Giambiagi (2007). Temos ainda o economista Raul Velloso com uma pregação pela redução dos gastos do setor público.

**Tabela 3 - Dívida líquida do setor público consolidado - Total (saldo em milhões correntes)**

Período	Dívida total
1991	56,07
1992	678,33
1993	17.714,65
1994	153.162,92
1995	208.460,27
1996	269.193,43
1997	308.426,25
1998	385.869,63
1999	516.578,67
2000	563.163,14
2001	660.867,01
2002	881.108,07
2003	913.145,13
2004	956.996,39
2005	1.002.484,66
2006	1.067.363,48
2007	1.150.357,31

Fonte: Banco Central do Brasil - DEPEC

Todavia, existem diversos problemas com a metodologia de cálculo do saldo previdenciário usado pelo o governo e por estes analistas. Antes de qualquer coisa, as análises críticas da previdência desconsideram um dos maiores avanços inscritos na Constituição “Cidadã” de 1988, que foi a criação de um sistema integrado de seguridade social, financiado com recursos próprios.

**Quadro 2 – Aplicação das Receitas da Seguridade Social**

APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL							
1995 - 2005							
valores correntes em R\$ milhões							
ANO	RECEITA ARRECADADA (COFINS, CSLL, CPMF)	APLICADA NA SEG. SOCIAL	APLICADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL				SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO (3)
			DRU (20%)	RPPS (1)	OUTROS MINISTÉRIOS (2)	SUB-TOTAL	
1995	20.284	9.801	4.057	2.964	260	7.281	3.202
1996	23.377	12.139	4.342	6.359	0	10.701	537
1997	32.449	19.021	2.825	8.763	666	12.254	1.411
1998	32.319	27.862	3.655	24	778	4.457	0
1999	45.591	18.352	7.699	17.455	657	25.811	1.428
2000	61.852	29.681	12.370	18.689	975	32.034	373
2001	71.678	32.461	14.335	19.243	628	34.206	5.011
2003	97.403	50.022	19.480	21.246	3.256	43.982	3.399
2004	123.508	68.397	24.699	21.694	5.991	52.384	2.727
2005	143.455	72.167	28.691	24.529	3.604	56.824	14.464
2006	152.681	82.397	30.537	28.700	105	59.342	10.942
<b>TOTAL</b>	<b>804.597</b>	<b>422.300</b>	<b>152.690</b>	<b>169.666</b>	<b>16.920</b>	<b>339.276</b>	<b>43.494</b>

Fonte: SIAFI - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares.

(2) Ministérios da Educação, Minist. da Agricultura, Presidência da República, Câmara dos Deputados, Minis. da Justiça, Minis. das Minas e Energias, Minist. Integração Nacional, Minist. do Meio Ambiente, Minist. das Cidades, Minist. do Trabalho e Emprego e Minist. da

(3) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI

Fonte: Gentil

Os críticos do sistema de previdência social desconsideram ainda a exigência da diversidade das fontes de receita do sistema de seguridade e da própria previdência. Desconsideram a existência de uma diversidade das fontes de receita do sistema de seguridade e da própria previdência, com a seguridade social sendo também financiada com recursos do orçamento da União, em um regime de repartição que envolve Estado, trabalhadores e capitalista (Gentil, 2008).

Conforme os dados dos quadros 1 e 2 e o desequilíbrio orçamentário está no orçamento fiscal e não no orçamento da seguridade social ou no orçamento da previdência social. Não é a seguridade que recebe recursos do orçamento fiscal, ao contrário, parte substancialmente elevada de seus recursos financia o orçamento fiscal. Assim, não é a previdência que causa problemas de instabilidade econômica e crise de confiança nos investidores. Ao contrário, é a política econômica que se utiliza dos recursos da seguridade social para assegurar a solvência da dívida pública e dar credibilidade ao regime de metas de inflação, precarizando serviços essenciais à sobrevivência da população

Em relatório o Tribunal de Contas da União realiza uma análise detalhada do Regime Geral de Previdência, que compreende o Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, e reúne os trabalhadores do setor privado e do Regime de Previdência dos Servidores Públicos. O TCU confirma o acima exposto e aponta as razões pelas quais o governo insiste em apontar o déficit nesses dois regimes previdenciários.

Na tabela 4 encontram-se os dados do TCU, onde na linha quatro (4) mostra o total das receitas arrecadadas pela Seguridade, excluídas as receitas desviadas pela DRU. Na linha cinco (5) aparecem as despesas. A linha 6 identifica as despesas realizadas pelas ações que não deveriam integrar o Orçamento da Seguridade Social e que representam, em média, cerca de 3% das despesas totais. Retirando estas despesas que não deviam existir, chegamos ao resultado mostrado na linha nove (9). Quando levamos em conta as receitas da Seguridade os recursos desviados pela DRU, na linha dez (10), chega-se ao verdadeiro resultado da Seguridade Social, que é superavitário desde o ano 2000.

**Tabela n. 4 - Resultado da Seguridade Social ajustado – 1997/2002 (R\$)**

<b>Itens</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>1. Receitas Arrecadadas</b>	<b>68.165.952.228</b>	<b>69.853.566.866</b>	<b>95.516.500.601</b>	<b>117.352.477.142</b>	<b>126.827.150.221</b>	<b>146.281.430.057</b>
<b>2. Recursos Diretamente Arrecadados</b>	2.355.784.530	2.821.258.414	2.268.913.266	1.800.766.153	3.966.406.135	5.216.305.810
<b>3. Multas</b>	347.702.526	457.664.279	429.144.257	559.251.373	439.441.370	508.683.943
<b>4. Total de Receitas (1+2+3)</b>	<b>70.869.439.284</b>	<b>73.132.489.559</b>	<b>98.214.558.124</b>	<b>119.712.494.668</b>	<b>131.232.997.727</b>	<b>152.006.419.810</b>
<b>5. Despesa Realizada Total da Seguridade</b>	96.508.760.485	106.761.842.797	117.448.833.831	130.885.365.080	151.445.650.561	175.471.981.486
<b>6. Ajuste da despesa*</b>	3.505.469.266	3.781.279.044	4.198.500.302	3.204.926.257	3.933.713.231	4.483.346.090
<b>% ("6"/"5")</b>	3,60%	3,50%	3,60%	2,40%	2,60%	2,56%
<b>7. Despesa Total da Seguridade Ajustada (5-6)</b>	<b>93.003.291.220</b>	<b>102.980.563.753</b>	<b>113.250.333.528</b>	<b>127.680.438.823</b>	<b>147.511.937.330</b>	<b>170.988.635.396</b>
<b>8. Resultado da Seguridade (4)-(5)</b>	<b>-25.639.321.201</b>	<b>-33.629.353.238</b>	<b>-19.234.275.707</b>	<b>-11.172.870.412</b>	<b>-20.212.652.834</b>	<b>-23.465.561.676</b>
<b>9. Resultado da Seguridade Ajustado (4)-(7)</b>	<b>-22.133.851.936</b>	<b>-29.848.074.194</b>	<b>-15.035.775.404</b>	<b>-7.967.944.155</b>	<b>-16.278.939.603</b>	<b>-18.982.215.586</b>
<b>10. DRU</b>	17.289.454.447	17.490.360.491	10.345.160.784	11.051.123.009	17.023.792.491	19.652.058.368
<b>11. Resultado da Seguridade Ajustado + DRU (9+10)</b>	<b>-4.844.397.489</b>	<b>-12.357.713.703</b>	<b>-4.690.614.620</b>	<b>3.083.178.854</b>	<b>744.852.888</b>	<b>669.842.782</b>

Fontes: Siafi Gerencial, STN, Site do Senado Federal, TC n.º 928.231/1998-4 e tabelas n.º 01, 02 e 03 dos presentes autos.

Na linha 10. DRU constam os valores do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF para os anos de 1997 a 1999.

\*Totais para ações que não deveriam integrar o orçamento da seguridade social, executados por unidades orçamentárias não-típicas da seguridade social (valores da Tabela n.º 33).

O relatório do TCU confirma as informações divulgadas pelo próprio Ministério da Previdência, que apresentava o INSS com um déficit originário após os subsídios a setores da sociedade, como os concedidos às aposentadorias rurais e, que foram ampliadas pela Constituição de 1988, concedendo benefícios aos trabalhadores que também não contribuíram para a Previdência Social. Todavia, a Constituição “Cidadã” de 1988 também criou as fontes alternativas de receita para o pagamento destes tipos de aposentadorias. Essas receitas, via Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e a CSLL – Contribuição sobre o Lucro Líquido, compõem hoje o Orçamento da Seguridade Social, e cobrem, com folga, essas despesas da previdência, que retirando da miséria

milhões de brasileiros. O TCU demonstra que é o governo federal que fabrica o déficit, omitindo completamente essas fontes de receita<sup>3</sup> (UNAFISCO SINDICAL, 2004).

No que diz respeito ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos, o Relatório do TCU afirma que, quando se considera especificamente a receita e despesa deste Regime, aparece um déficit de R\$ 23,8 bilhões em 2002. Todavia, o TCU reconhece que a análise desses números não pode ser feita dissociada de uma análise histórica da evolução do regime de previdência dos servidores do setor público. O TCU reconhece que esse regime não apresenta as características de um sistema previdenciário puro, e sim, um regime administrativo e não contributivo, em vista de que, em determinados momentos, as contribuições previdenciárias dos servidores foram desviadas pelo governo para outros fins, e até servindo para custear as aposentadorias dos trabalhadores do setor privado.

O Relatório do TCU, mostra as diferentes reformas por que passou o Regime de Previdência dos Servidores Público. A extinção do IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, em 1977, fez o governo repassar as contribuições depositadas pelos servidores públicos desde a criação do Instituto em 1938 para o INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, servindo, assim, para custear as aposentadorias dos demais trabalhadores. Nesse momento, a maioria dos servidores públicos foi incluída no Regime Geral de Previdência, abrangendo também os trabalhadores do setor privado, que passou a receber as contribuições previdenciárias dos servidores públicos, a contribuição patronal e a contribuição do governo.

Em 1990, os servidores públicos foram obrigados a passara a integrar o RGU - Regime Jurídico Único, segregado do regime geral, que passou a custear as aposentadorias dos servidores. Todavia, o governo não efetuou a compensação entre os diferentes regimes de previdência, ou seja, o geral e dos servidores públicos, de modo que, as antigas contribuições dos servidores públicos que haviam sido depositadas no regime geral desde

---

<sup>3</sup> Os déficits da previdência social divulgado nos governos de FHC e LULA só existem, quando se compara o total de contribuições de empregados e empregadores com o total de benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência, omitindo e não respeitando as contas da previdência.

1977 não foram devolvidas para o RJU. Nesse momento, novamente, as contribuições dos servidores públicos, ficaram para o pagamento dos demais trabalhadores brasileiros.

Esse Relatório do TCU é mais um instrumento valioso no combate às informações falaciosas de alguns economistas de mercado e do setor financeiro, da mídia e do governo. Esse relatório mostra o cinismo e a hipocrisia dos argumentos liberais que procura encobrir a luta privada do capital pela apropriação dos recursos públicos. Na sociedade brasileira, essa, crítica a respeito dos gastos sociais do governo encobre a hegemonia dos gastos ligados a vertente financeira.

A manobra contábil que apresenta o suposto Déficit da Previdência Social foi respaldada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com a criação do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, onde as receitas da seguridade são arrecadadas e administradas pelo Ministério da Fazenda, que aleatoriamente e arbitrariamente escolhe as prioridades para aplicação dos recursos.

Dessa forma, todo o esforço fiscal do Estado brasileiro tem sido em prol do rentismo<sup>4</sup>, com o modelo liberal implementado apresentando um desempenho econômico medíocre. No período pós Plano Real, o crescimento médio do PIB brasileiro foi de apenas 2,1%, entre os anos de 1995 a 2005. No governo Lula, 2003-2008, apesar de uma subida na taxa de crescimento, a média não deve ultrapassar os 4,0%, muito abaixo da média de crescimento dos países em desenvolvimento (7,6%), dos países da Ásia (9,1%), dos países do Oriente Médio (5,8%), dos países da África (5,6%), dos países das Américas (4,6%) e do mundo (4,9%) (Gonçalves, 2008).

Trata-se de um *show case* de crescimento medíocre, principalmente se levar em conta à perspectiva de que a taxa média de crescimento do PIB brasileiro nos anos 50 foi de 7,2%, atingindo os 6,1% nos anos 60, se elevando para 8,0% nos anos 70. Na Chamada

---

<sup>4</sup> Um gasto público improdutivo, que não gera emprego e nem contribui para elevar a capacidade produtiva da economia e, muito menos, de elevar a renda dos trabalhadores e dos excluídos, aumentando apenas a escandalosa apropriação da renda nacional pelos mais favorecidos. Dessa forma, assegura ao rentistas o direito a uma fatia cada vez maior da riqueza nacional.

“Década Perdida” essa taxa caiu para 3,0%. Acontece que foi na “década neoliberal” que a taxa média de crescimento do PIB atingiu os níveis considerados absolutamente medíocres, chegando a apenas 1,8% ao longo dos anos 90. De 2003 a 2006, no primeiro governo do presidente Lula, a taxa média ficou em apenas 2,7%, ou seja, abaixo até da famosa” “Década Perdida”. Foi somente nos dois últimos anos que o governo obteve uma média de aproximadamente 5,0%.

**Gráfico 2 – PIB Brasileiro – Taxas Médias de Crescimento**



## O FUTURO DA ECONOMIA NEOLIBERAL

Contudo, essa realidade é apresentada propositadamente de uma forma deturpada e a popularidade do atual presidente é elevadíssima. Semelhante a tática usada pelos neoliberais, ocorre uma clara deturpação da realidade. Deturpação, não somente nos discursos do presidente, mas também através de analistas do mercado financeiro, economistas de bancos e corretoras e, principalmente o PT, que vivem a festejar os resultados econômicos como se fossem resultados de grandes êxitos. Usam de uma análise desta realidade fora da perspectiva adequada.

Acrescente-se ainda que vendem e passam uma idéia de que a economia brasileira esta imune às oscilações do mercado global. Essa tese do descolamento é descabida. A excessiva e prematura abertura financeira externa da economia brasileira, ao viabilizar esse modelo econômico baseado na abertura e no rentismo, levará a economia brasileira a ter realizar uma dura e acentuada correção, de modo que terá sorte se conseguir viabilizar e planejar um pouso suave mais a frente.

O Brasil no governo Lula que parecia protegido de choques externos, a tese do *Decoupling*, contou com grande aumento da demanda global decorrente do crescimento robusto do último ciclo de crescimento mundial desde o pós-guerra. Esse modelo se beneficiou ainda da entrada de muito dinheiro injetado no país em investimento com perfil especulativo a procura das elevadas taxas de juros nacionais, estimulando uma Bolha de crédito das classes menos favorecidas, de modo que no curtíssimo prazo pareceu que nossa economia tornou-se muito menos vulnerável as crises externas. Porém, com Salinas no México, Lula caminha para deixar uma crise e déficit externo para seu sucessor.

Diferente do discurso de estar em condição de pagar a dívida externa por possuir mais de U\$ 200 bilhões de reservas, o Brasil apresenta uma dívida externa de curto prazo que chega a U\$ 64 bilhões. Projeções recentes apontam que o ajuste das contas externas será integralmente revertido no segundo mandato do presidente Lula, pois o déficit em transações correntes no ano de 2008 deve chegar a U\$ 25 bilhões, em 2009 se projeta aproximadamente de U\$ 47 bilhões e, em 2010, é estimada em US\$ 50 bilhões, ou seja, aproximadamente 2,5% do PIB. Este quadro revela que o Brasil precisará, cada vez mais, de recursos externos para fechar suas contas externas e impedir a valorização do dólar sem ter que reduzir o volume de reservas que possui, justamente no momento de aprofundamento da crise no centro do capitalismo mundial.

As reformas neoliberais levaram do governo de Fernando Henrique Cardoso a extinguir os mecanismos de controle do fluxo financeiros de capitais. No Brasil, a partir de 1992, o Banco Central, por meio de com a emissão de sucessivas circulares iniciou um processo que facilitou as remessas de divisas para o exterior, relaxando inclusive os limites

e as regras para identificação de remetente. Desse modo, a economia brasileira passou a entrar na lógica dos fluxos de capital especulativo, ao mesmo tempo, estimulou crimes como os de evasão fiscal e lavagem de dinheiro (Carneiro, 2006).

A economia brasileira atrelou mais ainda seu destino à lógica dos mercados financeiros desregulamentados com a decisão de liberar a entrada e saída da conta de capitais de curto prazo, em janeiro de 2000. Diversas medidas ampliaram a mobilidade de capitais. Armínio Fraga, ex-funcionário do mega-especulador George Soros, via resolução 2.689 autoriza a aquisição de ações e títulos pelo capital estrangeiro ampliando os laços com a ciranda financeira global. Em março de 2005, o ministro Antônio Palocci acabou com a restrição à aquisição e remessa de dólares e, em julho de 2006, concedeu isenção fiscal na aquisição de títulos públicos por fundos estrangeiros.

Durante todo o governo FHC e LULA, o Banco Central sempre elevou as taxas de juros para garantir aos credores a remuneração por estes exigidas, sem a mínima preocupação com o crescimento econômico, mesmo que essa elevação levasse ao desemprego e à queda da renda dos trabalhadores. Durante os oito anos do governo FHC e os cinco anos de LULA, o Banco Central registrou um prejuízo devido, principalmente à cobertura de pagamentos aos credores da dívida pública através operações de *swap*<sup>5</sup>. Como as operações *swap* não são previstas nem no Anexo de Riscos Fiscais, nem na Lei de Diretrizes Orçamentária, impede ao Congresso fiscalizar o custo fiscal dessas operações do Banco Central, ficando todo este prejuízo para ser pago pelo Tesouro Nacional.

Hoje, o montante bruto de passivo de curto prazo, sem descontar as reservas é de aproximadamente US\$ 531 bilhões, ou seja, 2,7 vezes o total de reservas que o Brasil possui. Estes recursos estão sujeitos a fugas e resgates abruptos e poderá sair do país a qualquer momento, apresentando elevado potencial desestabilizador (Carta Maior, 2008). Acrescente-se ainda que esse estoque de investimentos de portfólio de não-residentes

---

<sup>5</sup> *swap* garante aos credores do Banco Central o pagamento da variação cambial nos títulos da dívida pública

(ações, títulos de renda fixa) é de aproximadamente de US\$ 205 bilhões e o passivo total externo de curto prazo do Brasil totaliza em 2007, algo em torno de US\$ 270 bilhões.

Existe um elevado o risco de fuga de capitais externa em caso dos residentes e de não residentes possuidores de ativos financeiros líquidos de curto prazo resolva convertê-los em moeda forte, diante do prolongamento da crise no mercado financeiro mundial. Os estoques de investimentos estrangeiros especulativos na economia brasileira equivalem a aproximadamente três vezes o tamanho das reservas em dólares no Banco Central, segundo os dados consolidados, em dezembro de 2007. De fato o Brasil possui US\$ 208 bilhões em reservas que deixam nossa economia menos vulnerável, porém, ainda assim, existem aproximadamente US\$ 3 em capitais especulativos para cada US\$ 1 em reservas, que podem migrar e sair a qualquer momento dado a crise.

Em meio à crise que se abateu sobre a outrora eficiente economia de mercado, os postulados contra a gastança pública (de onde sairá o dinheiro? e/ou esse gasto provocará mais inflação!) e defesa intransigente da responsabilidade fiscal são eficaz e imediatamente esquecidos. Os recursos que não deviam e nem podiam ser gasto na área social para atender a saúde e a educação da grande maioria da população, jorra agora para salvar os ricos e bem de vida, onde for preciso e quanto for necessário (Pochmann, 2008).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, a DRU, e defesa do orçamento equilibrado aprecem como princípios fundamentais dos neoliberais na defesa da eficiência e zelo na administração pública. Todavia, o cinismo e a hipocrisia desses intelectuais procuram encobri a luta pela apropriação privada dos recursos públicos. Sua crítica contar o chamado gasto público se resume aos gastos governamentais essenciais para as funções sociais do governo. Assim, a lei de responsabilidade fiscal no Brasil representa, antes de tudo, apenas a absoluta subordinação do espaço público ao setor privado, agora sob a hegemonia de sua vertente financeira.

Nessa realidade, o governo brasileiro não deixou de realiza a sua função de acumulação e legitimação. na linha da legitimação fornece aos mais pobres elevando um

pouco os recursos, dos programas sociais focalizados criados no governo de FHC. No que diz respeito a acumulação fornece ao capital financeiro e produtivo uma massa enorme de recursos sem grande esforço e custo.

No governo de FHC, o Estado foi sucateado e ocorreu uma política deliberada do executivo no sentido de reduzir o número de contratações no serviço público, o que reduziu o número de servidores. Uma análise dos servidores civis do poder executivo da União, aponta uma redução drástica de pessoal nesses anos. Em 1988, existiam 750 mil, que foram reduzidos a apenas 450 mil em 2002. O governo Lula procurou de certa forma recuperar o Estado e aparelhar o setor público. Assim, a evolução desse número de servidores não acompanhado a evolução do governo FHC.

Diante da atual crise no centro do capitalismo, que representa o fim desse modelo econômico desastroso baseado no rentismo e na crença “senso comum” de que os mercados sem regulamentação funcionam sempre adequadamente, haverá efeitos negativos na atividade econômica global e o comércio internacional. Então, nesse momento os conservadores e os liberais brasileiros, principais artífices do modelo neoliberal no Brasil e, também, os beneficiários dos gastos públicos, voltarão com o discurso e crítica da falta de reformas e do elevado gasto do setor público, como sendo os elementos agravarão a crise que economia brasileira irá enfrentar.

O discurso da necessidade de corte nos gastos públicos no Brasil ainda forte<sup>6</sup>. Nem quando o mundo industrializado está utilizando e aplicando políticas anticíclicas a partir de instrumentos fiscais, os adoradores da apologia e da religião do mercado, deixam de pregar cortes nos gastos públicos, preservando essa via como valor fundamental. tudo diferente da lógica e do rumo que prevalece nos centros desenvolvidos ou não como nos EUA, Europa, Japão, China, etc. Reforma no Brasil, ainda predominam as antigas propostas neoliberais que incluem além da reforma tributária, a reforma das leis trabalhistas, ambas para facilitar

---

<sup>6</sup> Em manchete de primeira página, o jornal Folha de São Paulo estampa uma reportagem que beira ao absurdo: “Funcionalismo custa mais que dívida”. É tão hipócrita e descabida a comparação que não se acredita que seja verdadeira. Continua o ataque: com reajustes salariais seguidos, gasto com servidores federais só será superado neste ano pela previdência (**Folha de São Paulo**. 9 nov. 2008)

o ambiente de negócios e, ainda incluindo o aumento dos gastos em investimentos em infra-estrutura.

Nessa luta contra os gastos existem atualmente no Brasil duas correntes de liberais. Uma que defende a transferência de dinheiro público para o setor privado e, ao mesmo tempo, prega uma maior austeridade do governo. Esse grupo acusa o governo brasileiro de não estar levando a crise a sério. É um grupo de profissionais revela como não há mesmo limites para o cinismo dos novos liberais (Kupfer, 2008).

O outro grupo de liberais, mais comedidos, aceitam as intervenções atuais do governo ou, convenientemente, fecham os olhos para elas. Todavia eles reclamam da qualidade dos gastos. Como sempre, esses liberais insistem que o governo gasta mal. Para eles, o governo Lula gasta muito em custeio e sobra pouco para investimento. São os liberais adoradores do fim da ganância do setor público. Parecem apresentar um discurso sensato, mas não passa de um discurso hipócrita. Para esse grupo o gasto de custeio tem cara de desperdício, de empreguismo, de marajá e de aparelhamento político de cargos públicos (Kupfer, 2008).

Essas posições destes dois grupos mostram o cinismo e a hipocrisia dos argumentos liberais que procuram encobrir a luta privada do capital pela apropriação dos recursos públicos. Na sociedade brasileira, essa, crítica a respeito dos gastos sociais do governo encobre a hegemonia dos gastos ligados a vertente financeira. Diante da crise do capitalismo neoliberal, a subordinação do setor público ao capital e as finanças globalizadas aparecem com sua verdadeira face, as defesas do capital e da acumulação (Gentil ; Maringoni, 2008).

Assim, não é surpresa que retorna a cantilena dos liberais e da mídia conservadora, na defesa do investimento público. Esse investimento aparece como um gasto que representa elevação da eficiência do gasto público, de provisão de infra-estrutura para o crescimento e de indução ao desenvolvimento. Como qualquer economista deveria saber, representa mais que isso. Representa também a transferência do dinheiro público para o setor privado. Representa ainda que o Estado assume riscos que o setor privado não se

dispõe a correr, mesmo que seja para garantir a sua própria sobrevivência, o seu próprio funcionamento e seu próprio lucro.

Diante da crise do capitalismo globalizado, volta também a ser atual a atual grita conta à contratação de novos funcionários pelo governo federal e contra o aumento de salários, já os do próximo ano. Essa análise não encontra respaldo em uma análise mais séria<sup>7</sup>. Em meio à crise, o Estado, mais que nunca, necessita de pessoal para prestar serviços de qualidade a sociedade. A demanda social deve crescer nesse período. Acrescente-se que gasto com funcionário representa um estímulo a demanda, tão necessária em meio a uma crise que se inicia. Os funcionários são agentes econômicos que também demanda produtos e pagam impostos, sem falar que três quartos dos servidores públicos não recebem mais do que três salários mínimos.

Uma análise de comparação internacional que trate da relação entre número de servidores e o total da população, demonstra ter uma relação muito baixa no Brasil. Assim, a crítica contra o gasto de custeio esquece propositadamente que é dessa rubrica de onde saem os gastos sociais, a folha do funcionalismo, as despesas com viagens, a Previdência Social, os programas de transferência de renda, a merenda escolar, a manutenção de hospitais e a segurança pública. São gastos que atendem, na sua grande maioria, a população carente e não são serviços demandados pela classe média e pelos ricos e abonados desse país. Por outro lado, é também nessa rubrica que está o gasto com juros do serviço da dívida, ou seja, o gasto principal que propositadamente pouco se fala.

A conclusão que chega é de que quando se analisa a realidade, o que se descobre é que os economistas liberais encobrem a luta pela apropriação dos recursos do Estado, e a gritaria contra os gastos públicos vem de poderosos lobbies que disputam o dinheiro do Estado. A política do *Bisniess administration* do Estado brasileiro sempre levou a

---

<sup>7</sup> A Folha de São Paulo, em 9 de novembro de 2008, iniciou o ataque contra o funcionalismo, que segundo a Folha, custa mais que a dívida – “um absurdo”. No mesmo dia, no caderno dinheiro: “governo gasta mais R\$ 6,5 bi com aumentos”. Segundo a Folha de São Paulo, o Planalto aproveitou recorde na arrecadação para dar ao funcionalismo reajustes muito superiores aos da iniciativa privada. Como os desembolsos com salários, aposentadorias e juros são obrigatórios, União deverá cortar investimentos para reequilibrar as contas. Por quê?, e para que?, em meio à crise deve-se procurar um reequilíbrio do orçamento?

apropriação pelo setor privada<sup>8</sup> dos recursos públicos, em detrimento da função social do governo.

Assim, diferente do que afirmam os neoliberais:

“(…)as disputas ideológicas do tipo intervencionismo x não-intervencionismo padecem do vício das oposições excludentes, aquelas que entorpecem a compreensão da dinâmica do capitalismo, do seu movimento contraditório, eivado de crises e de suas recuperações. Estado e Mercado não são perspectivas incompatíveis que se chocam e se excluem. No capitalismo, o "econômico" supõe a unidade indissociável entre a perspectiva do mercado e o seu desmascaramento pelo Estado coordenador. A "outra" perspectiva, a do público, desvela os mistérios do ponto cego, o que não é percebido a partir da primeira a visão, a dos negócios privados. Essa intersecção de perspectivas esteve sempre presente nas diferentes configurações históricas do capitalismo, desde o mercantilismo até a sua etapa atual” (Belluzzo, nov./2008).

---

<sup>8</sup> No setor financeiro e setor produtivo, pois os diferentes empreendimentos do setor produtivo atuam fortemente procurando rentabilidade também na área de aplicação financeira.

## BIBLIOGRAFIA

**BELLUZZO**, Luiz G. M. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. UNESP: SP; Campinas: Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estado, o retorno ou a insônia dos liberais**. Disponível em: <http://www.terramagazine.terra.com.br/interna>. Acesso em: 11 de nov. 2008.

\_\_\_\_\_. “Cortar gastos públicos? Foi essa receita que empurrou a Alemanha para o nazismo em 1933”. Disponível em <http://www.agenciartamairo.com.br> >. Acesso em: 23 out. 2008.

**CARNEIRO**, Maria Lucia Fattorelli. **A Independência do Banco Central**. Disponível em: [http://www.unafisco.org.br/estudos\\_tecnicos/index.html#a7](http://www.unafisco.org.br/estudos_tecnicos/index.html#a7) Acesso em: 10 maio 2004.

**CARNEIRO**, Ricardo. **Um banco central muito peculiar**. Disponível em <http://www.agenciartamairo.com.br> >. Acesso em: 30 out. 2008.

**CARTA MAIOR**. A Reordenação Pós-Crise :US\$ 553,5 bilhões atam o Brasil à ciranda mundial . Disponível em <http://www.agenciartamairo.com.br> >. Acesso em: 13 nov. 2008.

**COSTA FILHO**, Samuel. A Teoria econômica diante da atual dinâmica financeira das economias capitalistas. **Cadernos da FACECA**. Campinas: FACECA PUC-Campinas, v. 9, n. 1, P. 68/98 jan.-jun. 2000a.

\_\_\_\_\_. **A Hipótese da instabilidade financeira diante do capitalismo globalizado**. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Maio 2002. Departamento de Ciências Econômicas, (Texto para discussão n. 1).

\_\_\_\_\_. O Gasto público e The golden age of capitalism – Bleaney e a importância da política keynesiana para o crescimento. In: **Revista de Ciências Humanas**. Universidade do Extremo Sul Catarinense. v. 6, n.1. Criciúma: FUCRI/UNESC, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo na economia brasileira. O que é neoliberalismo?** Teresina: Universidade Federal do Piauí. Abril 2006. Departamento de Ciências Econômicas, (Texto para discussão n.10)

\_\_\_\_\_. **O resultado macroeconômico do primeiro governo Lula**. Universidade Federal do Piauí. Teresina: Departamento de Ciências Econômicas. Jun. 2007. (texto discussão n.13)

\_\_\_\_\_. **A economia brasileira no período do “novo liberalismo”**. Universidade Federal do Piauí. Teresina: Departamento de Ciências Econômicas. Março 2008. (texto de discussão n. 14).

\_\_\_\_\_. **O processo de globalização e a lógica do capitalismo: a essência do capitalismo ainda é aquela?** Universidade Federal do Piauí. Teresina: Departamento de Ciências Econômicas. Junho 2008 (texto de discussão n.16)

**GENTIL, Denise ; MARINGONI, Gilberto. O que o caos pode nos Ensinar?.** Disponível em: <<http://www.ovaloreconomico.com.br>>. Acesso em: 13 de nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social.** Disponível em: <<http://www.corecon-rj.org.br/>>. Acesso em: 24 março 2008.

**GIAMBIAGI, Fábio. Reforma da previdência: o encontro marcado.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

**GONÇALVES, Reinaldo. PAC: Desaceleração e vulnerabilidade? Jornal dos Economistas:** Rio de Janeiro n. 222, p. 08-13, jan.2008.

**IPEA, Distribuição Funcional da Renda no Brasil: situação recente.** Disponível em :<<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

**MERCADANTE, Aloísio. Análise da Crise Final.** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/noticias/exibirDetalhes.php?itemPag=evento&id=94>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

**PATU, Gustavo. A escalada da carga tributária.** São Paulo.: PubliFolha, série 21, 2008.

\_\_\_\_\_.  
**PAULANI, Leda. Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica .** São Paulo: Boitempo, 2008.

**POCHMANN, Márcio. Uma nova escravidão?** Disponível em :<[http://www.agencia cartamaior.com.br](http://www.agencia.cartamaior.com.br)>. Acesso em: 24 maio 2005.

\_\_\_\_\_. **Socialismo dos ricos?** Disponível em <<http://www.folhadesãopaulo.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2008.

**SICSÚ, João. Arrecadação (de onde vem?) e gasto público (para onde vão?)** São Paulo: Boitempo, 2007.

**UNAFISCO Sindical. Reforma Tributária a Questão Fiscal e a Dívida.** Disponível em: <[http://www.unafisco.org.br/estudos\\_tecnicos/index.html#a7](http://www.unafisco.org.br/estudos_tecnicos/index.html#a7)>. Acesso em: 10 maio 2008.

**UNAFISCO Sindical. Breve análise do Relatório do TCU, sobre o acompanhamento das despesas e receitas da Seguridade Social",** <[http://www.unafisco.org.br/estudos\\_tecnicos/index.html#a7](http://www.unafisco.org.br/estudos_tecnicos/index.html#a7)> Acesso em: 10 nov. 2004.